

Sentidos de metafísica na filosofia crítica de Kant

[Senses of metaphysics in Kant's critical philosophy]

Diego Kosbiau Trevisan*

Universidade de São Paulo (São Paulo, SP, Brasil) /
Johannes Gutenberg-Universität (Mainz, Alemanha)

1. A polêmica em torno do tema: Kant como metafísico?

Não é tarefa das mais simples determinar, com rigor sistemático e fidelidade histórica, a relação de Kant com a metafísica. O tom por vezes exaltado com que tal tema é abordado na Kant-Forschung ou na filosofia pós-kantiana faz lembrar a forma não raro apaixonada com que o próprio Kant se referia à sorte da “mãe das ciências”. No prefácio à primeira edição da *Crítica da razão pura* (*KrV*, A viii-ix), Kant compara o destino da metafísica àquele de Hécuba representado por Ovídio nas *Metamorfoses*: a rainha de Tróia, outrora “tantas grandezas possuindo”, “hoje em desterro, na indignação agora”, vocifera aos deuses a sina que pelas mãos de Aquiles acometera a si e a seus domínios. Não faltaram contemporâneos de Kant que – para permanecermos no mesmo registro literário – quiseram ver no filósofo crítico um Aquiles da metafísica, um, em expressão cunhada por Mendelssohn em 1785, *Alleszermalmer* que fizera terra arrasada do reino mais nobre da filosofia e das ciências (Mendelssohn, 1974, p. 1). Desde então foi reproduzida à exaustão a imagem de Kant como o destruidor da metafísica – ou, ao menos, como aquele que preparara o terreno para tanto. De forma correspondente, os esforços para rebater esse juízo não foram menos frequentes e combativos.

Seja como resposta ao movimento neokantiano de Hermann Cohen, Alois Riehl, Paul Natorp, Ernst Cassirer, entre outros, que, grosso modo, fazia o sistema da metafísica tradicional ser absorvido no

* Este trabalho contou com o apoio da FAPESP e do DAAD. Email: diegokosbiau@hotmail.com

sistema da crítica concebido como sistema das ciências¹, seja mais recentemente, como reação àqueles que, como J. Habermas, negam a possibilidade após Kant de uma metafísica mesmo que “crítica”², inúmeros intérpretes e filósofos buscaram resgatar a figura de Kant como um – senão “o” – pensador metafísico por excelência. Contra a redução neokantiana da filosofia crítica a um “vestíbulo das ciências” elevou-se a chamada escola metafísica de interpretação da filosofia kantiana, capitaneada, dentre outros, por Martin Heidegger, Max Wundt, Heinz Heimsoeth e Nicolai Hartmann. Para estes autores, o foco da análise gradualmente pendia da Analítica Transcendental para a Dialética Transcendental da *Crítica da razão pura*, onde surgem de modo mais pungente os “motivos metafísicos” que, segundo eles, caracterizariam mais adequadamente o projeto filosófico kantiano e o ligariam tanto à tradição precedente quanto aos desdobramentos da temática metafísica observados no idealismo alemão.³ No cenário filosófico mais recente, a

¹ Cf., por exemplo, Cohen (1977, p. 9). Sob a égide de Hermann Cohen, o movimento neokantiano de segunda metade do século XIX e início do século XX identificava na *Crítica da razão pura* tão somente uma obra de fundamentação filosófica da física newtoniana: o “procedimento crítico-transcendental” consistiria em partir de um *factum* da ciência e, deduzindo *post festum* suas condições de possibilidade, conceder-lhe justificação filosófica. Atualizar Kant ou restituí-lo em sua inteira envergadura filosófica no cenário cultural de então significava, para esses intérpretes, inseri-lo no interior das discussões físicas e lógico-matemáticas do período. A caracterização que fazemos do neokantismo é, decerto, uma simplificação grosseira e quase caricatural de um movimento cultural de variadas matizes e de profundidade filosófica ainda pouco explorada no Brasil – no entanto, a despeito disso, nosso interesse atual não reside num juízo fiel do movimento neokantiano. Para um amplo panorama do movimento, cf. Köhnke (1993) e Pascher (1997).

² Sobre isso, ver a discussão entre J. Habermas e D. Henrich ocorrida nas décadas de 1980 e 1990. Cf. Habermas (1992), Henrich (2009).

³ Esta declaração de Heidegger durante a conhecida “disputa de Davos” de 1929 contra Cassirer é lapidar para definir o juízo da escola metafísica a respeito do movimento neokantiano: “Por volta de 1850 era como se tanto as ciências humanas como as ciências naturais possuíssem a totalidade do conhecível, de modo que surgia a pergunta: o que resta à filosofia quando a totalidade do ente é repartida entre as ciências? Restava apenas conhecimento das ciências, não do ente. E sob esse ponto de vista foi determinado o retorno a Kant. Em consequência disso Kant foi visto como teórico da teoria físico-matemática do conhecimento [...]. Eu entendo por neokantismo a interpretação da *Crítica da razão pura* que explica a parte da razão pura que leva até a dialética transcendental como teoria do conhecimento com referência à ciência da natureza [...]. Kant não desejava fornecer uma teoria da ciência da natureza, mas, antes, desejava indicar a problemática da metafísica e, decerto, da ontologia” (Heidegger, 1991, p. 274-275). Para outro registro exemplar das intenções da escola metafísica, ver a Introdução de *Philosophie und Moral in der Kantischen Kritik*, de Gerhard Krüger, publicado em 1931. Na senda aberta pelos estudos pioneiros sobretudo de Heidegger, Heimsoeth e Wundt, Krüger reafirma que Kant teria sempre se compreendido como um metafísico e que, curiosamente, “a influência que exerceu foi, de fato, oposta à sua intenção” (Krüger, 1961, p. 23), a saber, ao invés da imagem de Kant como prolongador e reformulador da temática metafísica, surgira aquela de Kant como o “refutador” da metafísica e arauto dos positivismos da virada do século XIX para o XX. Não causava estranhamento algum a postura de Krüger. Ora, como sete anos antes Heimsoeth cravara, já se havia passado “o tempo em que era permitido acreditar ver em Kant o pioneiro de uma ‘crítica pura do conhecimento’ e o filósofo da ciência teórica com cuja ajuda se poderia combater todo tipo de questionamento metafísico e em

reabilitação de Kant como metafísico se dá de modo mais oblíquo, mas nem por isso menos enfático. A filosofia transcendental é por vezes absorvida no quadro analítico de uma “metafísica descritiva”, como em Strawson⁴, ou por vezes reinserida no horizonte das tentativas “críticas” de dotar de sentido nossa efetividade a partir de um ponto de vista inevitavelmente “metafísico” da completude da experiência existencial humana, como busca fazer D. Henrich.⁵

O dimensionamento preciso da relação de Kant com a metafísica, evocada, de uma forma ou de outra, por todos os autores mencionados, carece, no entanto, de um fundamento mais preciso, que colocaremos aqui sob a forma de uma interrogação. A pergunta que enunciemos é simples: seria o sentido de “metafísica” utilizado tanto pelos seus defensores como pelos seus detratores o *mesmo* empregado por Kant? E mais: haveria em Kant um sentido *unívoco* de metafísica? Procuraremos neste artigo fornecer uma resposta provisória a essas questões a partir de uma investigação sistemática⁶ sobre o conceito kantiano de metafísica conforme discutido na *Crítica da razão pura* e em outros momentos da produção filosófica de Kant. Veremos como Kant, a partir de fontes históricas precisas, acolhe uma concepção determinada de metafísica, modifica-lhe os contornos e, ademais, formula, ele próprio, uma nova forma de metafísica: metafísica *aplicada* (*V-Met/Dohna*, AA 28: 617; *V-Met/Mron*, AA 29: 752) ou metafísica *doutrinal* (*V-Met/Mron*, AA 29: 753), uma disciplina que pode arrogar-se um caráter metafísico e, ao mesmo tempo, científico pelo fato de dirigir-se não aos objetos da metafísica tradicional, Deus, alma e mundo, mas antes às condições de

cuja ‘postura crítica’ se veria o modelo para uma recusa de todos os problemas da metafísica” (Heimsoeth, 1924, p. 121). “Não havia dúvida”, afirmava ainda Hartmann no mesmo ano, “de que somos uma vez mais levados a uma nova metafísica”. (Hartmann, 1958 [1924], p. 339).

⁴ Cf. Strawson (1975). Strawson posteriormente caracterizou esta obra como “uma tentativa de certo modo ahistórica de recrutar Kant para as fileiras dos metafísicos analíticos, descartando, ao mesmo tempo, aqueles elementos metafísicos que se recusavam a uma tal absorção”. (Strawson, 2003, *apud* Glock, 2012, p. 393).

⁵ Segundo Henrich, no discurso contemporâneo sobre a “morte da metafísica” está em jogo o destino da própria filosofia. Kant teria sido aquele que inicialmente permitiu o redimensionamento do pensamento metafísico e a sua “guinada crítica”: “Já em Kant [...] podemos encontrar uma reflexão bastante elaborada sobre o significado do tão temido termo: dividindo-a em, de um lado, investigação das condições de possibilidade do conhecimento e do agir, e, de outro, abertura para ‘temas e caminhos da reflexão’ voltados a dotar de ‘completude’ a nossa compreensão de mundo, Kant teria possibilitado enxergar a metafísica não mais como um saber daquilo que estivesse ‘além da física’, mas sim como um saber daquilo que, ‘aquém da física’, nos permitiria agir e pensar independentemente da física” (Mattos, 2009, p. 61-62).

⁶ Ou seja, ao impor essa restrição deixamos claro que nosso objetivo não consiste em uma análise genealógica ou profundamente histórica sobre a relação de Kant com a metafísica ao longo de seu desenvolvimento intelectual e no cenário filosófico da época. Para uma investigação sobre a forma como Kant acolheu, rejeitou e então modificou a herança metafísica da escola racionalista alemã, cf. Hinske (1970) e Wundt (1984).

possibilidade da constituição do objeto de um âmbito específico da experiência – trata-se dos projetos de uma *metafísica da natureza* como doutrina racional da substância corporal e de uma *metafísica dos costumes ou da moral* entendida como uma moral para o homem enquanto ser racional agente na experiência. Para compreender os contornos dessa forma especificamente kantiana de metafísica, é necessário, contudo, analisar de antemão a maneira pela qual Kant retrabalha as divisões e mesmo o significado da metafísica tradicional no interior do seu projeto crítico, o que é feito de forma explícita e esquemática no capítulo sobre a Arquitetônica da Razão Pura da *Crítica da razão pura*.

2. As divisões da metafísica segundo Kant

No prefácio aos *Primeiros princípios metafísicos da ciência da natureza*, na conhecida nota em que discute as críticas lançadas à dedução transcendental das categorias feita na primeira edição da *Crítica da razão pura*, Kant torna explícita a proposição a partir da qual, escreve ele, todo o sistema crítico seria “construído” <erbaut> e devido à qual deveria suscitar “certeza apodíctica”: “*todo o uso especulativo da nossa razão nunca se estende além dos objetos da experiência possível*” (MAN, AA 04: 474). A confissão kantiana – uma resposta às acusações de que um suposto fracasso na dedução transcendental levaria à deslegitimação de todo o projeto crítico – certamente não surpreende um leitor mesmo que casual da *Crítica da razão pura*. Contudo, pode causar certo desconforto o fato de ela ser feita numa obra em cujo título figura justamente a rainha das ciências: a metafísica. Ora, desde Aristóteles esta ciência não estaria dirigida, ao menos em seu propósito último, ao suprasensível, ao conhecimento especulativo de objetos que ultrapassam os limites da sensibilidade, justamente o que é posto em questão pelo próprio Kant na passagem citada? Como, portanto, sustentar o projeto de uma “metafísica”, como, por exemplo, uma *Metafísica da natureza* ou *dos costumes*, depois de desabilitá-la como disciplina científica? À primeira vista, sob um olhar ingênuo, os planos, previstos na Arquitetônica da Razão Pura, de uma *Metafísica da natureza* e de uma *Metafísica dos costumes* parecem “pré-críticos”, quando não completamente despropositados após a revolução copernicana – aos ouvidos dos contemporâneos de Kant, uma *metafísica* da natureza poderia soar como algo parecido a uma cosmologia racional talvez ligada a um *ens realissimum* que garantisse a prova última da realidade do mundo natural, e uma *metafísica* da moral, algo como uma

doutrina do direito natural calcada, em última instância, na teologia natural (cf. Brandt, 1990). Não seria justamente contra *isso* que se dirige o esforço crítico?

Como dissemos logo no início de nossa investigação, não é tarefa simples precisar a maneira, por vezes ambígua, com que Kant de fato comprometeu-se com uma metafísica científica e, de forma mais específica, quais seriam seus contornos. Após ter, ao longo de toda *Crítica da razão pura*, mais notadamente na Dialética Transcendental, posto sob suspeita o estatuto científico da metafísica dogmática tradicional, afirmando que seus objetos por excelência (Deus, alma e mundo) não poderiam ser conhecidos por extravasarem os limites da experiência possível, Kant reconhece, não obstante, que quando tratamos da metafísica não estamos lidando com uma ciência acessória da qual poderíamos abrir mão caso ela se demonstrasse impossível ou inviável de um ponto de vista teórico. Muito pelo contrário, a metafísica, a ciência racional por excelência, se constitui como uma “disposição natural da razão” <*Naturanlage der Vernunft*> (*Prol.*, AA 04: 365) intimamente ligada a um “interesse da razão universal humana” (*Prol.*, AA 04: 257. Cf. *Prol.*, AA 04: 327; *KrV*, A 779/ B 827), de modo que, num ambiente que lhe era cada vez mais refratário, nada restaria senão submetê-la a uma crítica da própria razão pura.⁷

Contudo, se examinarmos essas passagens mais atentamente, percebemos que, ao mesmo tempo em que afirma a inevitabilidade dessa ciência, Kant insiste em desacreditar a pretensão especulativa da metafísica dogmática de possuir proposições sintéticas a priori com respeito a seus objetos, o que, devido a uma impossibilidade de base, enreda-a nas ilusões dialéticas que lançam desconfianças quanto ao valor da metafísica como *ciência*. É sob esse contexto que Kant afirma o duplo valor da Crítica: *negativa* como uma exortação de “jamais ousarmos elevar-nos com a razão especulativa acima dos limites da experiência” (*KrV*, B xxv), e *positiva* “na medida em que ao mesmo tempo elimina [...] um obstáculo que limita ou até ameaça aniquilar o uso prático [...] absolutamente necessário da razão pura (o moral) no qual esta se estende inevitavelmente acima dos limites da sensibilidade” (*ibid.*). Assim, como bem mostram o Canon da Razão Pura e a Dialética da *Crítica da razão prática*, os objetos da metafísica tradicional são e *devem* ser reabilitados

⁷ “Pois aquilo que até agora foi denominado metafísica não pode agradar a nenhum espírito investigador, mas, como também é impossível renunciar completamente a ela, logo é mister *tentar* uma crítica da própria razão pura, ou, se já existe uma, *investigá-la* e submetê-la a uma prova universal, pois do contrário não existe outro meio de satisfazer a esta necessidade premente, que é algo mais do que simples desejo de saber” (*Prol.*, AA 04: 367).

do ponto de vista do *uso prático da razão*, para o qual são imprescindíveis como postulados necessários para a realização completa do objeto da lei moral, o Sumo Bem. Ao invés de objetos de um saber teórico, passíveis de um tratamento científico e sistemático como aquele pretendido pela tradição racionalista clássica, Deus e imortalidade da alma são objetos duma *fé racional*, ficando ao abrigo de objeções céticas quanto à possibilidade de provar sua existência numa perspectiva especulativa ao mesmo tempo, contudo, em que fica vedada uma ciência teórica dos mesmos (*cf. KpV*, AA 05: 133 ss.; *KrV*, A 795 ss./ B 823 ss.). A metafísica tradicional, desqualificada em suas pretensões especulativas, é, não obstante, submetida à “proteção Crítica” que reconfigura em um uso prático o inevitável interesse racional e moral ligado aos objetos metafísicos.

Isto posto, ainda fica, no entanto, a pergunta: será esse o *único* sentido de metafísica empregado por Kant quando coloca como pergunta crucial a ser respondida pela Crítica aquela a respeito da possibilidade da metafísica como ciência (*KrV*, B 22; *Prol.*, AA 04: 265 ss.), ou quando afirma que a Crítica deve servir-lhe como propedêutica (*KrV*, A 841/ B 868), ou – talvez de modo mais dramático – quando redige seus *Primeiros princípios metafísicos da ciência da natureza* e sua *Metafísica dos costumes*? Entendemos que não. Somente quando se compreende que a noção de uma metafísica kantiana “científica” é mais ampla do que aquela outra por ele criticada e também que o estabelecimento de uma metafísica nos moldes kantianos constitui-se uma peça *central* no interior de sua concepção de sistema da filosofia, é que podemos então redimensionar a contento o conjunto da filosofia kantiana. A metafísica que Kant deseja desabilitar como ciência e reenviar a um uso prático da razão corresponde a apenas *um* dos diversos sentidos que essa disciplina essencial ao homem assume no interior do projeto crítico e, de resto, na tradição filosófica. Em todas elas, contudo, o cerne racional dessa ciência é preservado: nas diversas feições que assume, trata-se sempre de uma disciplina filosófica cujo conhecimento deve ser necessário e apodítico em virtude de sua sede residir na *razão*.

Podemos, de forma geral, distinguir quatro sentidos que a metafísica adquire durante o período crítico, todos eles implicitamente evocados acima e que serão mais profundamente discutidos na sequência:

(1) a metafísica como *metaphysica generalis*, entendida como a análise crítico-transcendental dos conceitos tradicionais da ontologia e que,

como veremos, se transforma numa “modesta analítica do entendimento puro” (cf. *KrV*, A 247/ B 303);

(2) metafísica como *metaphysica specialis*, disciplina que investiga os objetos *par excellence* da metafísica tradicional, a saber, Deus, mundo e alma, e que é desconstruída sobretudo pela Dialética Transcendental nas pretensões científicas das disciplinas tradicionais correspondentes a cada um desses objetos: teologia transcendental (Deus), cosmologia racional (mundo) e psicologia racional e empírica (alma) (cf. *KrV*, A 334-335/ B 391-392);

(3) metafísica como *metaphysica naturalis* (*KrV*, B 21), ou seja, como uma “disposição natural da razão”, que indica a inevitável tendência do homem, ínsita à estrutura lógica da razão e ao interesse moral despertado pelos objetos da metafísica, de arrancar-se do mundo sensível em direção ao suprassensível e que, assim, o leva a um contínuo e malogrado esforço em conhecer os objetos da metafísica especial (cf. *KrV*, B 21; *Prol.*, AA 04: 365); e, finalmente,

(4) metafísica como *metaphysica applicata*, isto é, metafísica aplicada ou metafísica doutrinal, incluindo uma *Metafísica da natureza* e uma *Metafísica dos costumes*, e caracterizada como uma disciplina racional que aplica um conjunto de proposições a priori a um elemento empírico mínimo dado na experiência segundo as duas partes em que se divide a filosofia: filosofia da natureza, cujo objeto são as leis da natureza, e filosofia dos costumes, cujo objeto são as leis da liberdade (*V-Met/Mron*, AA 29: 750-751; *V-Met/Dohna*, AA 28: 617; *FM*, AA 20: 285-286; *KrV*, A 845-848/ B 873-876; *MAN*, AA 04: 469-470). Trata-se, aqui, de disciplinas metafísicas particulares “cientificamente legítimas” e, assim, passíveis de sistematização, em conformidade com a exigência racional-especulativa de completude ligada *idealiter* a tal ciência (*MAN*, AA 04: 473; *MS*, AA 06: 218).⁸

⁸ Omitimos aqui um possível quinto sentido de metafísica, exposto explicitamente nos *Progressos da metafísica* como um sentido “prático-dogmático” da metafísica e que consiste no “conhecimento prático-dogmático do suprassensível” envolvido no uso prático da razão quando do acolhimento dos objetos da metafísica especial, criticamente reabilitados, como mencionado, sob a perspectiva moral com vistas ao fim último da razão humana (*FM*, AA 20: 293-296). Trata-se aqui do significado geral de “metafísica” discutido nos *Progressos* como o da “ciência que opera, mediante a razão, o trânsito do conhecimento do sensível ao do suprassensível <sie ist die Wissenschaft, von der Erkenntnis des Sinnlichen zu der des Übersinnlichen durch die Vernunft fortzuschreiten>” (*FM*, AA 20: 260), em oposição à metafísica como “sistema de todos os princípios do conhecimento mediante conceitos da razão pura teórica” (*FM*, AA 20: 261). Segundo Mario Caimi, Kant se refere à oposição entre os “conceitos clássicos de ‘metafísica como disposição natural’ e ‘metafísica como ciência’” (Caimi, 1989, p. 19, n. 4), oposição essa que

As duas primeiras acepções de “metafísica” são facilmente atribuíveis à tradição racionalista da qual Kant era herdeiro e contra a qual se levantou: trata-se, em (1), da *metaphysica generalis*, ou ainda, ontologia, questionada pela Analítica Transcendental da *Crítica da razão pura*, e, em (2), da *metaphysica specialis*, que se dividiria, segundo Wolff, em *theologia naturalis* (Deus), *psychologia rationalis* (alma) e *cosmologia generalis ou transcendentalis* (mundo), discutidas e desabilitadas em suas pretensões científicas na Dialética Transcendental da *Crítica da razão pura*.⁹ Deixando de lado o significado de metafísica como disposição natural e passando ao largo dos detalhes da crítica kantiana à *metaphysica generalis* e à *metaphysica specialis* desenvolvida na Doutrina Transcendental dos Elementos, voltemo-nos à exposição e crítica kantianas da metafísica na Arquitetônica da Razão Pura.

3. Reformulação da metafísica na arquitetônica da razão pura

Como dito acima, a preocupação de Kant na *Crítica da razão pura* não é pura e simplesmente negar a existência e os direitos da metafísica tradicional, opondo-lhe a Crítica e fazendo desta sua substituta; pelo contrário, o objetivo último de Kant na obra inaugural do período crítico consiste em investigar a *possibilidade* de uma metafísica em geral como disciplina científica da razão.¹⁰ Ora, aceitando como resultado da

remete àquela de Baumgarten entre *metaphysica naturalis* e *metaphysica artificialis*, ou seja, entre uma metafísica que se adquire pelo “uso” e outra que deve ser estudada sistematicamente (id., p. 22). Para Caimi, portanto, esse quinto sentido de metafísica estaria estreitamente ligado ao terceiro, a *metaphysica naturalis* como a disposição natural da razão com vistas a seu fim supremo.

⁹ Cf. Wolff (2006). Além da ontologia, ciência daquilo que é comum a todos os entes (§ 73), a metafísica seria dividida segundo a diferença dos entes que conhecemos: Deus, a alma humana e os corpos ou coisas extensas (§ 55). Portanto, daqui resultam 3 partes da metafísica, das quais uma trata de Deus, outra da alma humana e outra dos corpos ou coisas materiais (§ 56): respectivamente, teologia natural (§ 57); psicologia (§ 58) e cosmologia, parte da física geral que trata “dos corpos inteiros, do mundo e ensina de que maneira o mundo é composto por aqueles [...]”. A cosmologia, assim, é a ciência do mundo enquanto tal” (§ 77). Em suma, a metafísica compreende a ontologia, a cosmologia geral e a pneumática ou “ciência dos espíritos”, ou seja, a psicologia e a teologia natural (§ 79). Cf. também Wolff (1962-). O segundo capítulo de *Vernunftige Gedanken von Gott, der Welt und der Seele des Menschen, auch allen Dingen überhaupt*, obra conhecida também como *Metafísica Alemã*, trata da ontologia geral, o terceiro e quinto da psicologia racional e empírica, o quarto da cosmologia racional e o sexto da teologia racional. Sobre a metafísica wolffiana e suas divisões, cf. École, (1990, p. 51-64). Notemos desde já como Kant desliga a física racional da cosmologia, bem como a filosofia prática das disciplinas metafísicas tradicionais, autonomizando-a, o que não ocorria em Wolff – para ele, os princípios da *philosophia practica universalis* dependiam das demais disciplinas metafísicas segundo a hierarquia por ele proposta (cf. Wolff, 2006, §§ 62-70 e 92).

¹⁰ Discutindo o caso específico da Metafísica dos Costumes, Mary. J. Gregor afirma que com esse intuito Kant operacionaliza o significado tradicional de metafísica na questão que anima a *Crítica da razão pura*, a saber, “como é possível a metafísica como ciência?”. Nessa obra, segundo Gregor

investigação crítica que aquilo legitimamente tomado por um objeto do conhecimento tem de regular-se segundo nossas faculdades de conhecimento, e não o inverso, surgindo, como consequência, o fato incontornável de que somente podemos conhecer objetos dados à sensibilidade, conclui-se, portanto, que os objetos da metafísica tradicional, todos eles dados para além das condições espaço-temporais, devem ser rejeitados de um ponto de vista especulativo; a metafísica, nessa esteira, se reconfigura nos novos termos críticos: “a análise mesma nos dará um novo tipo de metafísica, um sistema de princípios cognitivos que tornam a experiência possível e também tornam objetos da experiência possíveis” (Gregor, 1963, p. 2). Ao passo que “a metafísica tradicional consistia num conjunto de proposições sintéticas a priori sobre objetos suprassensíveis [...], a metafísica kantiana é um sistema de conceitos e princípios a priori que tornam possíveis os objetos da experiência” (*ibid.*), com a peculiaridade de que tal metafísica deve ainda investigar a fonte mesma da *possibilidade* desses conceitos e princípios sintéticos a priori e a *aplicação* dos mesmos a um âmbito específico da experiência.¹¹ Trata-se, aqui, por um lado, da disciplina crítica propedêutica que investiga a “extensão, as divisões, os limites e todo o conteúdo” dos princípios da razão (*cf. KrV, A xii*), e, por outro, das disciplinas sistemático-doutrinárias que aplicam os princípios investigados e legitimados na etapa anterior a um âmbito específico de objetos, sejam eles leis da natureza ou lei da liberdade.

Na Arquitetônica da Razão Pura, onde é apresentado o “plano” de acordo com o qual o “conjunto de todo o conhecimento da razão pura e especulativa” e seus “elementos” e “materiais” são erigidos no “edifício” sistemático da filosofia (*KrV, A 707/ B 735*), Kant parte da distinção inicial do conhecimento humano em conhecimento *histórico* e *racional*. No primeiro tipo, o sujeito “conhece só tanto e na medida em que lhe foi dado de fora, seja mediante experiência imediata ou uma narração, seja

(1963), Kant procura dotar a metafísica de um novo método que recupere seu aspecto científico, método esse ensejado a partir da “completa revolução” da metafísica, fazendo da Crítica uma espécie de “tratado sobre o método” de toda filosofia futura, incluindo as ciências práticas (*cf. KrV, B xxii-xxiii*).

¹¹ *Cf.* Schmidt (2005) e Sängler (1982, p. 60-61). Sängler ressalta também as consequências disso para a *Metafísica dos costumes*: “O ‘remodelamento da forma de pensamento’ torna possível uma nova metafísica, que não é mais o saber de objetos, mas sim, visto que os objetos se guiam agora segundo a organização específica das faculdades de conhecimento, a ciência das condições que possibilitam o saber de objetos [...]. A *Metafísica dos costumes* também precisa ser considerada a partir dessa virada crítica: ela não mais faz de um objeto como ‘liberdade’ algo cognoscível no sentido de um dado ontológico, mas antes surge como ciência das condições e legalidades <*Gesetzlichkeiten*> das capacidades humanas para a liberdade”. Contudo, Sängler omite aqui a metafísica aplicada, sobre a qual falaremos adiante.

mediante uma instrução (de conhecimento gerais)” (*KrV*, A 836/ B 864), em oposição ao conhecimento racional, que é constituído inteiramente pelo indivíduo a partir de princípios e “fontes universais da razão [...], das quais também pode emergir a crítica e até mesmo o repúdio daquilo que se aprendeu” (*ibid.*).¹² Esse segundo tipo de conhecimento, o racional, divide-se, por seu turno, em *matemático*, por meio da construção de conceitos, e em *filosófico*, por meio de simples conceitos. É neste último que Kant inclui a ciência metafísica.

Adotando uma divisão que seria retomada na *Fundamentação da metafísica dos costumes* (*GMS*, AA 04: 387), Kant escreve que a filosofia, “a legislação da razão humana”, ou ainda, “a ideia de uma ciência que consiste num sistema de todo o conhecimento filosófico” (*KrV*, A 840/ B 868), possui, por sua vez,

dois objetos, *natureza e liberdade*; contém [...] tanto a lei natural quanto também a lei moral, inicialmente em dois sistemas separados, mas finalmente num único sistema filosófico. A filosofia da natureza refere-se a tudo o que *é*; a filosofia dos costumes concerne unicamente ao que *deve ser*. (*ibid.*)

A filosofia, quando se ocupa de cada um desses dois objetos, divide-se tanto em uma filosofia *empírica* (conhecimento racional baseado em princípios empíricos), quanto em uma filosofia *pura* (conhecimento racional a partir da razão pura). Cada um dos objetos da filosofia, a natureza ou a liberdade, pode, portanto, ser analisado no interior de uma visada pura ou empírica, dependendo somente dos princípios a partir dos quais são investigados – em suma, poderá haver tanto uma filosofia da natureza pura ou empírica, quanto uma filosofia dos costumes pura ou empírica.¹³

¹² Kant faz uma distinção semelhante nos *Primeiros princípios metafísicos da ciência da natureza*, opondo uma *doutrina histórica da natureza*, que se divide em uma “descrição da natureza” e em uma “história da natureza”, à ciência da natureza, ou ainda, uma *doutrina racional da natureza* composta por uma parte pura e outra empírica, da qual se falará mais adiante na *Arquitetônica* (*MAN*, AA 04: 468). Para uma discussão sobre a oposição kantiana entre conhecimento histórico e filosófico, cf. Albrecht (1982).

¹³ Kant não especifica nesse trecho em que consistiriam uma filosofia da natureza empírica e uma filosofia dos costumes empírica. Em outros momentos de sua obra, Kant afirma que na filosofia da natureza empírica inclui-se a física empírica, que se baseia em princípios e conceitos retirados da experiência, ao passo que na filosofia dos costumes empírica deveria ser incluída uma antropologia *prática*, que supostamente retiraria preceitos morais de condições empíricas nas quais se encontra o homem (*GMS*, AA 04: 388), diferenciando-se, assim, da antropologia *moral*, que se limita a analisar as condições subjetivas e empíricas em que as leis morais, discernidas na filosofia pura, encontram acesso ou impedimentos no ânimo humano (*MS*, AA 06: 217). Notemos aqui que Kant, nas introduções à *Crítica da faculdade do julgar*, rejeitará por completo qualquer parte empírica da filosofia moral. Ora, esta deve basear-se na “legislação prática da razão segundo o conceito da liberdade” (*KU*, AA 05: 171), o qual, pelo fato de não poder apresentar-se na experiência, não ensaja qualquer parte empírica na filosofia. Há nessa última obra uma

A filosofia pura, que importa a Kant nessas passagens,

ou é uma *propedêutica* (exercício preliminar) que *investiga a faculdade da razão* no tocante a todos os conhecimentos *puros a priori* e denomina-se *crítica*, ou constitui em segundo lugar o *sistema da razão pura* (ciência), todo o conhecimento filosófico (tanto o verdadeiro quanto o aparente) a partir da razão pura apresentado em sua conexão sistemática, e chama-se *metafísica*. (*KrV*, A 841/ B 869 – grifos nossos)

Não obstante, Kant escreve, a metafísica também pode nomear não apenas a segunda parte da filosofia pura, o sistema da razão pura, mas mesmo *toda ela*, incluindo aqui também a parte propedêutica ou crítica, “a fim de abarcar tanto a *investigação de tudo aquilo que pode ser conhecido a priori* como também a exposição daquilo que perfaz um *sistema de conhecimentos filosóficos puros* desta espécie, porém distinto de todo o uso empírico e de todo o uso matemático da razão” (*ibid.*). Oposta à matemática e a toda e qualquer disciplina empírica, a metafísica em sentido *amplo* contém, portanto, uma *parte crítica*, que investiga a faculdade da razão e delimita seus usos legítimos e ilegítimos, caracterizando-se assim como uma disciplina propedêutica, e um *sistema da razão pura*, a ciência de todo o conhecimento racional a priori a partir de meros conceitos, seja ele verdadeiro ou aparente, e que deverá ser dividida conforme o objeto ao qual corresponde, se à natureza ou à liberdade.

Dessa maneira, a metafísica em sentido *estrito*, ou seja, entendida apenas como o sistema da razão pura quanto a seus objetos, é dividida conforme o uso da razão envolvido e o objeto específico a que se refere. Se se trata do uso especulativo utilizado no conhecimento das leis da natureza, temos a *Metafísica da natureza*; se, pelo contrário, se trata do uso prático que determina as leis da liberdade, temos a *Metafísica dos costumes*:

a primeira contém todos os princípios puros da razão derivados de simples conceitos (portanto excluindo a matemática) e que se referem ao conhecimento *teórico* de todas as coisas; a segunda contém os princípios

modificação significativa na caracterização do objeto de um ramo determinado da filosofia: não se trata mais apenas de objetos de legislações distintas da razão, mas também de “espécies de conceitos que precisamente permitem outros tantos princípios da possibilidade dos seus objetos” (*ibid.*), ou seja, do conceito de natureza e do conceito de liberdade. Assim, se determinado objeto da vontade é possível segundo o conceito de natureza – se o conceito que determina a causalidade da vontade é o conceito de algo dado empiricamente –, então os princípios que determinam a vontade, como preceitos técnicos e não morais, devem pertencer à filosofia teórica, e não à prática. O que ocorre é que a possibilidade da realidade ou efetividade <Wirklichkeit> de tais objetos é concebida como dependente não da liberdade, mas sim da natureza, tanto como meio da ação quanto como fundamento de determinação da vontade, cuja causalidade é então considerada como equivalente à de uma causa natural.

que determinam a priori e tornam necessários o *fazer* e o *deixar de fazer*. (KrV, A 841/ B 869)

Na *Crítica da razão pura* Kant não trata ostensivamente da *Metafísica dos costumes*, limitando-se a concluir que ela deve ser a moral *pura*, isto é, a parte da filosofia prática que não se funda em uma antropologia e, assim, em “quaisquer condições empíricas”. Na *Arquitetônica*, contudo, haverá uma primeira exposição da *Metafísica da natureza*, à qual agora nos voltaremos.

Segundo Kant, a *Metafísica da natureza*, que diz respeito ao uso especulativo da razão, divide-se em *filosofia transcendental* e *fisiologia da razão pura*:

a primeira considera apenas o entendimento e a própria razão num sistema de todos os conceitos e princípios que se referem a objetos em geral *sem admitir objetos que sejam dados* (ontologia); a segunda considera a *natureza*, isto é, o *conjunto dos objetos dados* (sejam dados aos sentidos, sejam dados, se se quiser, a uma outra espécie de intuição), e é portanto uma fisiologia. (KrV, A 845/ B 873)

A fisiologia da razão pura, por sua vez, é dividida segundo o caráter do uso especulativo da razão envolvido: se se trata dum uso físico, ou seja, imanente, há uma fisiologia *imanente*; ao contrário, se o uso da razão é hiperfísico, ou seja, transcendente, há uma fisiologia *transcendente*. A fisiologia imanente considera a natureza na medida em que seu conhecimento pode ser aplicado à experiência possível, ao passo que a fisiologia transcendente volta-se à natureza na medida em que a conexão dos objetos naturais envolvidos ultrapassa toda a experiência possível; desta última espécie de fisiologia obtêm-se, portanto, duas doutrinas que correspondem ao tipo de conexão presente: se interna, tem-se a *cosmologia racional*, ou seja, o “conhecimento transcendental do mundo”; se, pelo contrário, se trata de uma conexão externa, surge a *teologia racional*, “a fisiologia da interconexão inteira com um ente superior à natureza, ou seja, o conhecimento transcendental de *Deus*” (*ibid.*). A fisiologia imanente, por seu turno, visto que “encara a natureza como o *conjunto de todos os objetos dos sentidos*, portanto tal como nos é dada, mas unicamente segundo as condições a priori sob as quais nos pode em geral ser dada” (KrV, A 846/ B 874), divide-se conforme os tipos de objetos que podem ser-nos apresentados aos sentidos, ou seja, em uma *física racional*, que lida com os objetos dos sentidos externos, a saber, a natureza corpórea, e em uma *psicologia racional*, que assume o objeto do sentido interno, a natureza pensante.¹⁴

¹⁴ Para uma discussão sobre essa distinção feita na *Arquitetônica*, cf. Hoppe (1969, p. 30-31).

A *Metafísica da natureza* tem, portanto, duas partes principais: a *filosofia transcendental* e a *fisiologia racional*.¹⁵ À primeira Kant dá o nome de *ontologia*, visto ela tratar de objetos em geral, sem que se especifique o modo como eles devem ser-nos dados; não há aqui a consideração a respeito da distinção das (possíveis ou efetivas) formas de intuição do sujeito, mas apenas do *conjunto de princípios da razão e do entendimento que torna primeiramente possível, de maneira inteiramente a priori, que um objeto em geral possa ser legitimamente constituído*. A segunda parte da metafísica, a fisiologia racional, deve, por seu turno, levar em consideração uma *espécie precisa de objetos dados a uma forma específica da intuição*. Para essa disciplina não basta a referência às condições de possibilidade a priori de um objeto *em geral* já pressupostas como dadas e estabelecidas, mas deve também ser levada em conta uma *espécie específica de objeto da experiência*. Assim, vê-se claramente porque a parte relativa à fisiologia transcendente é caracterizada como um conhecimento filosófico *aparente*: não é possível aplicar aqueles princípios a priori pertencentes à filosofia transcendental a objetos que extrapolam a experiência possível. Embora requeridas pela “ideia geral de uma metafísica” (*KrV*, A 850/ B 878), a cosmologia e a teologia racionais não são efetivos conhecimentos do campo teórico, passíveis de serem levados a cabo e expostos de maneira sistemática – trata-se, assim, de saberes racionais aparentes, de disciplinas de uma metafísica *dogmática* identificada por Kant na tradição metafísica e por ele desacreditada como disciplina científica. Por outro lado, existe uma possível disciplina científica efetiva: a fisiologia imanente. Esta é dividida segundo o modo como os objetos nos são dados, isto é, segundo as duas formas de intuição: espaço e tempo. É apenas sob essa condição que os objetos de uma experiência possível podem ser constituídos pelo sujeito, e, portanto, somente assim é possível haver uma aplicação legítima dos princípios apresentados pela filosofia transcendental. Dessa maneira, há uma fisiologia referente ao objeto do sentido externo, isto é, à natureza *corpórea*, e outra referente ao objeto do sentido interno, isto é, à natureza *pensante*.¹⁶

¹⁵ Em relação ao capítulo da Arquitetônica, nos *Primeiros princípios metafísicos da ciência da natureza* Kant altera ligeiramente os momentos em que consistiria essa parte pura da ciência da natureza, ou ainda, essa *Metafísica da natureza* como a “genuína ciência da natureza”. Nesta obra, ao invés de uma “filosofia transcendental” entendida como ontologia, surge uma “parte transcendental”, e, em lugar da fisiologia da razão pura, aparece uma “ciência natural metafísica particular” (*MAN*, AA 04: 469-470). Porém, tal discrepância não é importante para nossos propósitos.

¹⁶ Para uma representação esquemática das divisões da filosofia expostas até aqui, cf. Höffe (1998, p. 624). A revisão histórica exaustiva das diversas divisões da filosofia feitas por Kant ao longo de seu desenvolvimento intelectual é realizada por Tonelli (1994). Uma acessível reprodução das

Resumamos o que foi discutido até aqui e destaquemos a reformulação por que passam as divisões da metafísica tradicional no sistema kantiano. A *metaphysica generalis*, ou ontologia, se reconfigura em “filosofia transcendental” ou ainda, nos termos empregados na Analítica Transcendental, em uma “*modesta Analítica do entendimento puro*” (*KrV*, A 247/ B 303), que deve investigar não as determinações do *ens in quantum ens* entendido como uma coisa em si cuja existência pode ser predicada por meio da simples possibilidade de ser um *cogitabile*¹⁷, mas antes analisar as capacidades de conhecimento do sujeito que inicialmente tornam possível a constituição de um objeto em geral como *fenômeno*. Assim, a Analítica Transcendental, que nada mais é do que “a análise <*Zergliederung*> de nosso inteiro conhecimento a priori nos elementos do conhecimento puro do entendimento” (*KrV*, A 64/ B 89), tem dentre os seus objetivos o de arrolar os conceitos e princípios elementares e puros do entendimento, unicamente através dos quais é possível pensar a forma “de um objeto em geral” (*KrV*, A 51/ B 75), o que, como foi mostrado ao longo da Crítica, apenas ocorre no interior dos limites da sensibilidade, isto é, espaço e tempo como formas puras da sensibilidade.¹⁸ Segundo o espírito da revolução copernicana, a “soberba” ontologia se reconfigura em uma “modesta” ciência das condições de possibilidade de um objeto (do conhecimento ou da experiência) em geral:

Ontologia é a ciência das coisas em geral, isto é, da possibilidade de nosso conhecimento a priori de coisas, ou seja, independente da

tabelas utilizadas por Tonelli encontra-se em Terra (2012, p. 759-776). De resto, remetemos ao artigo de Terra para os demais temas tratados na Arquitetônica ausentes aqui, bem como para uma bibliografia sobre o tema.

¹⁷ Para a completa crítica de Kant às pretensões da ontologia tradicional, cf. o capítulo sobre *phaenomena* e *noumena* da *Crítica da razão pura* (*KrV*, A 235-260/ B 294-315).

¹⁸ A respeito da temática ontológica, os “predicáveis” discutidos na Analítica Transcendental atestam a inequívoca ligação entre os conceitos ontológicos tradicionais e a reformulação crítico-transcendental proposta por Kant na Analítica Transcendental: “Quanto aos conceitos derivados, cabe ainda observar: como os verdadeiros conceitos primitivos do entendimento puro, as categorias possuem também seus conceitos derivados, igualmente puros que de modo algum podem ser descurados num sistema completo da filosofia transcendental. Mas me contentarei, num ensaio meramente crítico, com a sua simples menção” (*KrV*, A 81-82/ B 108). Trata-se dos *Prädikabilien* com cuja enumeração completa Kant nunca se ocupou. Segundo Kant, porém, “tal propósito pode ser facilmente atingido caso se tenha à mão os manuais de ontologia”, como, por exemplo, “o de Baumgarten” (*Prol.*, AA 04: 326 n.), subordinando-se “os predicáveis da força, da ação e da paixão à categoria da causalidade; os da presença e da resistência à da comunidade; os do surgimento, do perecimento e da modificação aos predicamentos da modalidade; e assim por diante. As categorias, ligadas aos *modis* da sensibilidade pura ou mesmo entre si, fornecem uma grande quantidade de conceitos derivados a priori que justificariam o empreendimento, proveitoso e nada desagradável, mas aqui dispensável, de anotá-los e, quando possível, enumerá-los de maneira completa” (*KrV*, A 82/ B 108). É sintomático, decerto, que Kant não tenha dedicado nenhuma obra particular ao tema.

experiência. Ela não pode ensinar-nos sobre as coisas em si mesmas, mas antes apenas sobre as condições a priori sob as quais nós podemos conhecer coisas na experiência em geral, isto é, *princípios da possibilidade da experiência*. (V-Met/Volckmann, AA 28: 394 – grifos nossos)¹⁹

Por sua vez, a *metaphysica specialis* se transforma, de um ponto de vista *estritamente especulativo*, em uma *fisiologia da razão pura*. A teologia e a cosmologia racionais são contadas no interior de uma fisiologia *transcendente* da razão pura, que visa à interconexão completa da natureza seja com relação a um ser superior, no caso da teologia racional, seja com relação à completude absoluta das relações recíprocas dos objetos naturais, no caso da cosmologia racional. Em ambos os casos, contudo, trata-se de uma pretensão científica que extrapola os limites impostos pela “ontologia” crítica, ou seja, que vai além do conhecimento possível do conjunto de fenômenos da natureza, e, portanto, caracteriza-se como um saber racional *aparente* – assim como ocorria em Wolff, em que os limites das disciplinas da *metaphysica specialis* eram estabelecidos pela ontologia entendida como ciência das determinações do ser em geral²⁰, também para Kant a “ontologia crítica”, a analítica do entendimento puro, estipula os limites permitidos à fisiologia da razão pura. Quanto à psicologia racional, esta é contada no interior da fisiologia imanente da razão pura como a disciplina que investiga os fenômenos dados ao sentido interno; porém, ao contrário da física racional, que tem por objeto os fenômenos dos sentidos externos, a psicologia racional, conforme Kant tornará mais claro nos *Primeiros princípios da ciência da natureza*, não pode atingir o nível de

¹⁹ É evidente que a discussão sobre a reformulação da ontologia na filosofia kantiana não se esgota nesse simples juízo – ela envolve, muito antes, toda a discussão sobre o estatuto do númeno, o objeto transcendental, o “algo em geral = X” (*KrV*, A 104-105), a Anfibia dos conceitos de reflexão e mesmo o papel e limites da lógica formal e da transcendental. Sobre isso, apenas para mencionar autores das mais diversas tradições, ver Codato (2009); Courtine (1990, p. 250-257); Fichant (2008); Heimsoeth (1956); Rivero (2014).

²⁰ Cf. Wolff (2006, § 73): “Há algo que é comum a todos os seres, que é dito tanto das almas quanto dos corpos, sejam eles naturais ou artificiais. A parte da filosofia que trata do ser em geral e dos atributos universais dele chama-se ontologia, algumas vezes também denominada filosofia primeira [...]. Sem a ontologia, a filosofia não poderia ser tratada segundo o método demonstrativo”. Segundo Jean École, ao tomar como sinônimos “ontologia” e “ciência primeira”, ou seja, ao identificar a ontologia à disciplina que estabelece os princípios primeiros e as noções primeiras usadas no pensamento em geral, Wolff rompe com a tradição aristotélico-escolástica e com a filosofia cartesiana – para estas, a designação “filosofia primeira” convinha ao conjunto todo da metafísica, considerada pelos adeptos da primeira como “um estudo das condições gerais do ser e de sua fonte, e, por Descartes, como a disciplina que demonstra a existência de Deus e esclarece sua natureza, assim como a da alma, portanto, como uma teologia e uma psicologia”; já para Wolff, a ontologia “capitaneia” não apenas as outras partes da metafísica, mas também toda a filosofia, incluídas aí a lógica e mesmo as matemáticas (École, 1990, p. 52).

cientificidade exigido por uma metafísica, e, assim, ao lado das demais disciplinas da *metaphysica specialis*, caracteriza-se por uma *pretensa* ciência metafísica da razão pura.²¹

4. Metafísica pura e metafísica aplicada

Sem mencionar explicitamente a fisiologia da razão pura como correlato crítico da *metaphysica specialis*, Vleeschauer resume da seguinte maneira os paralelismos expostos na seção anterior:

Assim como a *metaphysica generalis*, a Analítica trata, portanto, das categorias e princípios do ente; e para não restar a menor dúvida sobre seu propósito neste ponto, Kant até mesmo acrescenta observações específicas sobre o motivo de ele não ter tratado dos transcendentais <*Transzendentalien*> e dos predicáveis. A Dialética, por sua vez, assume ponto por ponto a tríade da metafísica escolástico-wolffiana. Nós concluímos disso que o *objectum materiale* da Crítica corresponde perfeitamente ao objeto da metafísica wolffiana, que apresenta ela mesma a formulação definitiva de uma tradição que, em última instância, remonta à escolástica espanhola do século XVI e que, por sua vez, serve de modelo à vertente católica e à escolástica continental protestante. (Vleeschauer, 1963. p. 355)²²

Uma passagem das Lições de metafísica anotadas por Mrongovius reconstrói de forma sintética o procedimento kantiano de renovação da metafísica que expomos a partir da Arquitetônica da Razão Pura:

[No sistema da metafísica] deve-se considerar a razão por si mesma. A primeira parte [do sistema da metafísica] é a ciência que tem a razão como seu objeto. Ela lidaria com as *fontes, extensão e limites* da razão pura [...]: a) primeiro, iremos examinar se nosso conhecimento racional pode conhecer algo a priori; ou seja, a *possibilidade* do conhecimento a priori deve ser primeiramente investigada; b) na sequência, a *extensão*, quão longe ele pode chegar, a quais objetos pode chegar sem a experiência; e, finalmente, c) quando ele quer julgar sem a experiência,

²¹ Cf. *MAN*, AA 04: 471; *KrV*, A 381 ss.; Caimi (1989, p. 104). Segundo Kant, como não é possível aplicar a matemática aos fenômenos do sentido interno, tampouco é possível um tratamento sistemático da doutrina da substância pensante e, com isso, não é possível nenhuma metafísica da alma. A matemática é exigida para que o conceito de um objeto natural determinado (seja do sentido externo, seja do sentido interno) possa ser construído na intuição e, assim, seja tomado não mais como meramente possível, mas também como algo que “existe fora do pensamento” (*MAN*, AA 04: 470). Para a aplicação completa do instrumental matemático é necessária, por sua vez, uma “dupla dimensão”, a saber, espaço e tempo, o que falta às representações do sentido interno, submetidas apenas ao tempo. Desse modo, da substância pensante apenas é possível dizer que ela está submetida à “lei de continuidade, para o fluir das mudanças interiores”, o que na matemática equivaleria tão somente à “propriedade da linha reta relativamente a toda a geometria” (*MAN*, AA 04: 471).

²² Para uma completa análise do desenrolar da metafísica desde a “escolástica espanhola do século XVI” até Kant, cf. Courtine (1990).

os *limites* que não ousa cruzar sem se enredar em confusões e erros. Essa primeira parte pode ser chamada de filosofia transcendental, ou Crítica da Razão Pura, [...] ou ainda *metafísica pura* (*metaphysica pura*). (V-Met/Mron, AA 29: 750-751 – grifos nossos)

A primeira tarefa da *Crítica da razão pura*, essa ciência que tem justamente a razão por objeto, deve ser a de investigar as *fontes* do conhecimento racional, ou seja, a *possibilidade* mesma de se conhecer algo de forma a priori, ou ainda, a possibilidade de constituição de um objeto do conhecimento segundo estruturas cognitivas que independem da experiência – trata-se do papel desempenhado pela *metaphysica generalis*, ou, “ontologia”, reconfigurada em uma “modesta analítica do entendimento puro”; em segundo lugar, a Crítica averigua a *extensão* legítima dessa capacidade constitutiva da objetividade da experiência, constatando a impossibilidade de expandi-la legitimamente para além dos *limites* da sensibilidade – trata-se da desabilitação crítica da *metaphysica specialis* como um saber ilusório e da transferência de seu lugar sistemático *par excellence* para o do uso prático da razão.

Contudo, Kant não para por aqui. Segundo ele, além dessa *metafísica pura* (*metaphysica pura*), que compreende as três etapas anteriores, haveria ainda uma *metafísica aplicada* (*metaphysica applicata*), que trata de âmbitos específicos de objetos e leis: os da natureza e os da liberdade.

A segunda parte [do sistema da metafísica], a *aplicação* dos princípios a priori a objetos da experiência, seria a *metafísica aplicada* (*metaphysica applicata*) (V-Met/Mron, AA 29: 751)

A segunda parte da metafísica é o sistema da razão pura. Filosofia significa um sistema de conhecimentos racionais por conceitos. Aqui, a filosofia pura deve ser apresentada em um sistema. Nossa razão tem de possuir objetos, que são de dois tipos: eles pertencem ou à natureza ou à liberdade [...]. Nós podemos conhecer ou (a) o que *é* ou (2) o que *deve ser*. O primeiro pertence à natureza e o segundo à liberdade. Natureza é o conjunto de tudo o que *é*, e os costumes, daquilo que *deve ser*. Temos, pois, duas partes da filosofia. A filosofia da natureza considera coisas que são. A filosofia dos costumes diz respeito a ações livres que devem acontecer. Visto que dissemos acima que há uma metafísica em toda ciência, podemos também pensar em uma metafísica da natureza, que contém os princípios das coisas na medida em que elas são, e uma metafísica dos costumes, que contém os princípios de possibilidade das coisas na medida em que elas devem acontecer. (V-Met/Mron, AA 29: 753)

Ao lado da *metafísica pura*, que estipula a possibilidade, a extensão e os limites do conhecimento possível e legítimo, haveria, portanto, uma *metafísica aplicada*, na qual, conforme mostra a sequência

da passagem acima transcrita, se incluem, no caso da *Metafísica da natureza*, as disciplinas pertencentes à fisiologia da razão pura descritas no capítulo sobre a Arquitetônica – ou seja, ela trata da *aplicação* dos princípios expostos no momento anterior a um dos objetos dados a uma intuição possível (*V-Met/Mron*, AA 29: 754-756). No entanto, sobre a *Metafísica dos costumes*, a exemplo do que ocorre na *Crítica da razão pura*, Kant se cala aqui; sabemos, porém, pela *Metafísica dos costumes* publicada em 1797, que nela se inserem os *Primeiros princípios metafísicos da doutrina do direito*, que lida com as ações livres *externas*, e os *Primeiros princípios metafísicos da doutrina da virtude*, que tem por objeto as ações livres *internas* (cf., por exemplo, *MS*, AA 06: 214)

Portanto, após a *Crítica* e sua investigação sobre a possibilidade, extensão e limites do conhecimento humano terem realizado a limpeza “crítica” do terreno metafísico da tradição racionalista, livrando-o do dogmatismo que a impregnava e deslegitimava seus princípios²³, restaria na filosofia três possíveis *legítimas* disciplinas metafísicas de caráter científico para Kant: além da *metafísica em sentido amplo*, que abarca a *Crítica* e o sistema da razão pura (filosofia da natureza e dos costumes), haveria as metafísicas em sentido *estrito*, a saber, as metafísicas aplicadas, isto é, a *Metafísica da natureza*, dividida em duas outras subdisciplinas, a filosofia transcendental (ou ontologia) e a física racional (ou fisiologia racional imanente da substância extensa), e, por fim, a *Metafísica dos costumes*, dividida em uma Doutrina do Direito e em uma Doutrina da Virtude, cujo objeto são, respectivamente, as ações livres exteriores e interiores do arbítrio.

Esperamos ter mostrado como é problemática a assimilação imediata de Kant seja a um destruidor seja a um simples prolongador da metafísica tradicional. Ao mesmo tempo em que reenvia a um uso prático da razão os objetos tradicionais da metafísica e o interesse moral por eles suscitados, Kant não abdica de sua ambição de formular uma “metafísica possível como ciência”, ou seja, uma metafísica aplicada da natureza e da liberdade. Preparação ou não para o escopo último da metafísica desde os gregos, a saber, “a passagem ao suprassensível”, a metafísica aplicada elaborada por Kant abala o quadro que o assimila a

²³ “Por *dogmatismo* em metafísica, a *Crítica* entende o seguinte: a confiança geral em seus princípios, sem uma crítica prévia da faculdade da razão mesmo, meramente com vistas a seu sucesso” (*ÜE*, AA 08: 22). “O dogmatismo é, pois, o procedimento dogmático da razão *sem uma crítica prévia da sua própria capacidade*” (*KrV*, B xxxv). “Metafísica dogmática é a metafísica [realizada] sem a investigação crítica da pergunta principal: como é possível um conhecimento sintético a priori?” (*Refl.*, 5689, AA 17: 327 [1780-1789?] [1778-1779?]).

um puro e simples destruidor da tradição ou àquele que, pelas portas do fundo de um mundo inteligível, propôs um *matrimonum in articulo mortis* com a moribunda amada que ajudava a eliminar. Como bem escreveu Mendelssohn, Kant, “assim se espera, irá reconstruir o que, com o mesmo espírito, destruíra” (Mendelssohn, 1974 p. 5). A ambiguidade e as consequências do feito de Kant, porém, não podiam ainda ser bem avaliadas por Mendelssohn e por nenhum de seus contemporâneos.

Referências

- ALBRECHT, M. “Kants Kritik der historischen Erkenntnis – ein Bekenntnis zu Wolff?”, *Studia Leibnitiana*, 14.1 (1982): 1-24.
- BRANDT, R. “Kant als Metaphysiker”. In: V. Gerhardt (ed.), *Der Begriff der Politik. Bedingungen und Gründe politischen Handelns*. Stuttgart: Metzler, 1990.
- CAIMI, M. *La metafísica de Kant*. Buenos Aires: UEBA, 1989.
- CODATO, L. “Kant e o fim da ontologia”, *Analytica*, 13.1 (2009): 39-64.
- COHEN, H. *Logik der reinen Erkenntnis*. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 1977.
- COURTINE, J.F. *Suarez et le système de la métaphysique*. Paris: PUF, 1990.
- ÉCOLE, J. *La métaphysique de Christian Wolff*. Hildesheim: Geog Olms Verlag, 1990.
- FICHANT, M. “L’Amphibologie des concepts de la Réflexion”. In: V. Rohden et al. (orgs.), *Recht und Frieden in der Philosophie Kants. Akten des X Internationalen Kant-Kongresses*. Berlin: Walter de Gruyter, 2008.
- GLOCK, H.J. “Strawson’s descriptive metaphysics”. In: L. Haaparanta; H. J. Koskinen (eds.), *Categories of being. Essays on metaphysics and logic*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- GREGOR, M. *Laws of freedom: a study of Kant’s method of applying the categorical imperative in the Metaphysik der Sitten*. Oxford: Basil Blackwell, 1963.
- HABERMAS, J. *Nachmetaphysisches Denken. Philosophische Aufsätze*. Frankfurt: Suhrkamp, 1992.

- HARTMANN, N. "Kant und die Philosophie unserer Tage" [1924]. In: _____. *Vom Neukantianismus zur Ontologie. Kleinere Schriften III*. Berlin: Walter de Gruyter, 1958.
- HEIDEGGER, M. "Anhang IV. Davoser Disputation zwischen Ernst Cassirer und Martin Heidegger". In: _____. *Kant und das Problem der Metaphysik*. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1991.
- HEIMSOETH, H. "Metaphysische Motive in der Ausbildung des kritischen Idealismus", *Kant-Studien*, 29 (1924): 121-159.
- _____. "Christian Wolffs Ontologie und die Prinzipienforschung I. Kants. Ein Beitrag zur Geschichte der Kategorienlehre". In: _____. *Studien zur Philosophie Immanuel Kants. Metaphysische Ursprünge und Ontologische Grundlagen*. Köln: Kölner Universitäts-Verlag, 1956.
- HENRICH, D. "O que é metafísica? – o que é modernidade? Doze teses contra Jürgen Habermas", *Cadernos de Filosofia Alemã* 14 (2009): 83-117.
- HINSKE, N. *Kants Weg zur Transzendentalphilosophie*. Stuttgart: Kohlhammer, 1970.
- HÖFFE, O. "Architektonik und Geschichte der reinen Vernunft". In: G. Mohr; M. Willaschek (eds.), *Immanuel Kant. Kritik der reinen Vernunft. Klassiker Auslegen*. Berlin: Akademie Verlag, 1998.
- HOPPE, H. *Kants Theorie der Physik. Eine Untersuchung über das Opus postumum von Kant*. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1969.
- KANT, I. *Kants gesammelte Schriften: herausgegeben von der Deutschen Akademie der Wissenschaften, anteriormente Königlichen Preussischen Akademie der Wissenschaften*, 29 vols. Berlin, Walter de Gruyter, 1902–.
- _____. *A metafísica dos costumes*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- _____. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *Crítica da razão prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *Crítica da razão pura*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- _____. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Discurso Editorial / Barcarolla, 2009.
- _____. *Os progressos da metafísica*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- _____. *Prolegômenos a toda a metafísica futura*. Lisboa. Edições 70, 2003.
- KÖHNKE, K. C. *Entstehung und Aufstieg des Neukantianismus: die deutsche Universitätsphilosophie zwischen Idealismus und Positivismus*. Frankfurt: Suhrkamp, 1993.
- KRÜGER, G. *Critique et morale chez Kant*. Paris: Beauchesne, 1961.

- MATTOS, F. C. “Intersubjetivismo versus subjetivismo? Algumas considerações sobre a controvérsia Habermas-Henrich a partir das ‘Doze teses contra Jürgen Habermas’”, *Cadernos de Filosofia Alemã*, 14 (2009): 55-83.
- MENDELSSOHN, M. “Morgenstunden oder Vorlesung über das Daseyn Gottes” [1785]. In: _____. *Gesammelte Schriften*, Bd. III, 2: Schriften zur Philosophie und Ästhetik. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1974.
- PASCHER, M. *Einführung in den Neukantianismus. Kontext – Grundpositionen – Praktische Philosophie*. München: Wilhelm Fink Verlag, 1997.
- RIVERO, G. *Zur Bedeutung des Begriffs Ontologie bei Kant. Eine entwicklungsgeschichtliche Untersuchung*. Berlin: Walter de Gruyter, 2014.
- SÄNGER, M. *Die kategoriale Systematik in den ‚Metaphysischen Anfangsgründe der Rechtslehre‘*. Berlin: Walter de Gruyter, 1982.
- SCHMIDT, C. “The anthropological dimension of Kant’s *Metaphysics of morals*”, *Kant-Studien*, 96.1 (2005): 66-84.
- STRAWSON, P. *The bounds of senses: an essay on Kant’s Critique of pure reason*. London: Methuen, 1975.
- _____. “A bit of intellectual autobiography”. In: H.-J. Glock (ed.). *Strawson and Kant*. Oxford: Clarendon, 2003.
- TERRA, R. “A arquitetônica da razão pura”. In: J. T. Klein (org.). *Comentários às obras de Kant: Crítica da razão pura*. Florianópolis: NEFIPO, 2012.
- TONELLI, G. *Kant’s Critique of pure reason within the tradition of modern logic*. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 1994.
- VLEESCHAUWER, H.J. “Wie ich jetzt die *Kritik der reinen Vernunft* Entwicklungsgeschichte lese”, *Kant-Studien*, 54 (1963): 351-368.
- WOLFF, C. *Einleitende Abhandlung über Philosophie im allgemein*. Stuttgart: Frommann-Holzboog, 2006.
- _____. *Vernunftige Gedanken von Gott, der Welt und der Seele des Menschen, auch allen Dingen überhaupt*. In: Jean École et al. (eds.), *Gesammelte Werke*. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 1962-.
- WUNDT, M. *Kant als Metaphysiker*. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 1984.

Resumo: O artigo tem por objetivo contribuir para a já antiga discussão sobre a relação de Kant com a metafísica expondo os diversos sentidos que esta

disciplina assume na filosofia crítica. Orientada por um interesse sistemático e tendo por base o capítulo sobre a Arquitetônica da Razão Pura da *Crítica da razão pura*, a presente investigação procura esclarecer a reformulação por que passam na filosofia crítica kantiana as disciplinas tradicionais da metafísica racionalista, mais precisamente a *metaphysica generalis* e a *metaphysica specialis*, reconfiguradas em uma analítica do entendimento e em uma fisiologia da razão, respectivamente, e ancoradas no projeto propriamente kantiano de uma Metafísica dos Costumes e uma Metafísica da Natureza.

Palavras-Chave: Kant, metafísica, ontologia, crítica, arquitetônica

Abstract: The article aims to further the long-standing debate on Kant's relation to metaphysics by exposing the different senses that this discipline assumes in the critical philosophy. The present research, which is guided by a systematic interest and based on the chapter on the Architectonic of Pure Reason of the *Critique of pure reason*, aims to explain the ways in which the traditional disciplines of rationalist metaphysics, namely *metaphysica generalis* and *metaphysica specialis*, were reformulated in Kant's critical philosophy. Both disciplines were reconfigured respectively into an analytic of understanding and a physiology of pure reason and based upon the very Kantian project of a Metaphysics of Morals and a Metaphysics of Nature

Keywords: Kant, metaphysics, ontology, critic, architectonic

Recebido em 14/08/2014; aprovado em 22/10/2014.